



REACT-EU

## CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

### AVISO CONVITE N.º 01/REACT-EU/2021

Ponto 19 - Reforço da Dotação indicativa do fundo a conceder para 134 Milhões de Euros

Ajustamentos e clarificações ao Preâmbulo e aos Pontos 2 e 18

## APOIO À CONSOLIDAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

### APOIO À CONSOLIDAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

#### EIXO VIII – REACT-EU FSE (OT 13 – PI 13.1 FSE)

#### PROGRAMA OPERACIONAL

#### COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

#### COMPETE 2020

23 DE MARÇO DE 2023



REACT-EU

## Conteúdo

Preâmbulo.....	3
1. Enquadramento, objetivos e prioridades .....	3
2. Ações elegíveis.....	4
3. Beneficiário .....	5
4. Destinatários elegíveis.....	5
5. Área geográfica de aplicação .....	5
6. Condições de elegibilidade das operações.....	5
7. Critérios de elegibilidade do beneficiário .....	6
8. Regras de elegibilidade das despesas .....	6
9. Forma dos apoios .....	6
10. Taxa de financiamento .....	6
11. Pagamento do incentivo.....	6
12. Reduções e revogações .....	7
13. Tratamento de dados pessoais .....	7
14. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas .....	7
15. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas .....	7
16. Aceitação da decisão .....	8
17. Condições de alteração da operação .....	8
18. Obrigações do beneficiário .....	8
19. Dotação indicativa do fundo a conceder.....	9
20. Identificação do(s) indicadores de realização e de resultado .....	9
21. Divulgação de resultados e pontos de contato.....	9
Anexo .....	11
Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas .....	11



REACT-EU

## Preâmbulo

O presente Aviso Convite insere-se no âmbito do “Objetivo Temático/Prioridade de Investimento 13i - (FSE) Promoção da reparação de crises no contexto da pandemia de COVID-19, e respetivas consequências sociais, e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia”, enquadrado no Eixo VIII - REACT-EU FSE do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020).

Neste contexto e verificando-se que:

- O Comité de Acompanhamento do COMPETE 2020 aprovou a integração da iniciativa REACT-EU (*Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe*) no texto do Programa;
- A Comissão Europeia, através da Decisão C(2021) 4849, de 28 de junho, procedeu à sua aprovação formal;
- A reprogramação do Programa Operacional Competitividade e internacionalização - COMPETE 2020 passou a incluir mais dois Eixos Prioritários na estrutura programática, onde se insere a referida Prioridade de Investimento;

a Autoridade de Gestão do COMPETE 2020 (AG) procede ao lançamento do presente Aviso Convite, o qual é elaborado nos termos do previsto no n.º 7 do artigo 16.º do [Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento \(FEEI\)](#), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, regendo-se ainda, de forma supletiva e no que não for regulado por este Aviso, pela Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, bem como disciplina decorrente da medida de política pública de resposta à crise de saúde pública provocada pela COVID-19.

Assim, determina-se o seguinte:

## 1. Enquadramento, objetivos e prioridades

O presente Aviso Convite estabelece as condições de acesso e as regras gerais de cofinanciamento de operações visando o apoio à consolidação das aprendizagens, inseridas no domínio de intervenção do Eixo VIII - REACT-EU FSE do COMPETE 2020.

Esta vertente de intervenção visa assegurar as efetivas condições para retomar os processos de ensino-aprendizagem de forma presencial, como forma de combater as consequências que os confinamentos decretados como forma de combate à pandemia de COVID-19 tiveram nas aprendizagens dos alunos no ano letivo 2020/2021.



REACT-EU

Neste contexto, são reforçadas as respostas sociais às necessidades que resultaram da pandemia, designadamente a mitigação do seu impacto nas aprendizagens dos alunos, severamente prejudicadas pela interrupção das atividades letivas e não-letivas presenciais, o que afetou especialmente os alunos com contextos socioeconómicos mais desfavoráveis e os níveis de ensino mais precoces, dadas as dificuldades dos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos a distância em escalões etários mais jovens, o que é agravado em grupos sociais mais vulneráveis, excluídos e discriminados, em que as condições de acesso e o enquadramento dos agregados familiares e da comunidade educativa são mais débeis, pelo que o reforço dos mecanismos de acompanhamento se afiguram centrais para o sucesso educativo, sendo assim naturalmente mais intensivos no caso dos alunos enquadrados pela Ação Social Escolar.

## 2. Ações elegíveis

São elegíveis aos apoios as operações que, em respeito pelo disposto na RCM n.º 53-D/2020, de 20.07.2020, se integrem no âmbito do previsto nas [“Orientações para a Recuperação e Consolidação das Aprendizagens ao Longo do Ano Letivo de 2020/2021”](#), tendo em vista o reforço dos recursos humanos alocados às escolas para desenvolvimento das medidas de apoio educativo implementadas, visando a redução das desigualdades na educação através da recuperação e consolidação das aprendizagens, através das seguintes ações:

- Reforço do crédito horário das escolas, designadamente através da contratação de docentes e outros agentes, para incremento dos apoios aos alunos com maiores dificuldades, incluindo desdobramentos e coadjuvações que promovam a inovação pedagógica e um acompanhamento mais individualizado dos alunos;
- Aumento suplementar do crédito horário das escolas destinado às Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (alunos com necessidades educativas específicas);
- Alargamento do apoio tutorial específico a todos os alunos - 5.º ao 12.º ano de escolaridade, que não obtiveram aproveitamento escolar no ano letivo 2019/2020;
- Adoção de Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário através da constituição de equipas multidisciplinares dos domínios da psicologia educacional e social, da mediação social, assistência e educação social, das terapias especializadas e da animação sociocultural, visando o envolvimento da comunidade e o reforço da relação entre escola e família, dimensões centrais da promoção do sucesso escolar.



### 3. Beneficiário

Constitui-se como beneficiário do presente Aviso Convite o Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGEFE, I.P.).

### 4. Destinatários elegíveis

São destinatários das medidas os alunos da Educação Pré-escolar e dos Ensino Básico e Secundário.

### 5. Área geográfica de aplicação

O presente AAC tem aplicação nas regiões NUTS II do Continente - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, sendo a elegibilidade geográfica determinada pela localização dos estabelecimentos escolares apoiados.

### 6. Condições de elegibilidade das operações

As operações candidatas ao presente Aviso Convite devem satisfazer os seguintes critérios de elegibilidade:

- a) Contribuir para os objetivos e prioridades enunciadas no ponto 1;
- b) Respeitar as ações elegíveis previstas no ponto 2;
- c) Justificar a necessidade e a oportunidade da realização da operação;
- d) Apresentar uma caracterização técnica e fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira;
- e) Incluir indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os objetivos propostos bem como monitorizar o seu grau de execução e o cumprimento dos resultados previstos;
- f) Estar em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao desenvolvimento da atividade em causa;
- g) Respeitar como data de elegibilidade inicial das despesas - 1 fevereiro 2020;
- h) Não são elegíveis ações que já tenham obtido financiamento por outro programa operacional, devendo ser garantida a inexistência de sobreposição de financiamentos e assegurada a devida pista de auditoria que permita identificar a necessária segregação das ações apoiadas por outros programas operacionais;
- i) Anexar ao formulário de candidatura, através de *upload*, a seguinte documentação:
  - Fundamentação do projeto, em particular o seu contributo para os objetivos da tipologia;



REACT-EU

- Explicitação e justificação do financiamento solicitado;
- As demonstrações e declarações mencionadas no deste Aviso Convite.

## 7. Critérios de elegibilidade do beneficiário

O beneficiário deve garantir o cumprimento dos critérios de elegibilidade e de não impedimento, previstos nos artigos 13.º e 14.º, respetivamente, do Regulamento Geral dos FEEL, bem como observar os seguintes critérios:

- Demonstrar que as operações a realizar se enquadram no âmbito da missão e atribuições;
- Declarar não existirem restrições ou condicionalismos, em matéria de exercício de competências, prévios à aprovação da candidatura, suscetíveis de condicionar ou prejudicar gravemente, a obtenção dos resultados visados.

## 8. Regras de elegibilidade das despesas

No âmbito das operações a apoiar, as despesas são elegíveis a partir de 01/02/2020, conforme previsto no n.º 11 art.º 92-B do Reg. (EU) 2020/2221 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de dezembro de 2020, que altera o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 no que respeita aos recursos adicionais e às disposições de execução a fim de prestar assistência à promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19 (REACT-EU).

A elegibilidade final das despesas é de 45 dias úteis após a conclusão da operação, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

## 9. Forma dos apoios

O apoio a conceder assume a natureza de financiamento não reembolsável, na modalidade de reembolso de custos efetivamente incorridos e pagos, nos termos da alínea a), do nº 2, do artº 7º, do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

## 10. Taxa de financiamento

O financiamento a conceder é calculado com base na aplicação da taxa de 100%.

## 11. Pagamento do incentivo

O pagamento do incentivo Fundo Social Europeu (FSE) ao beneficiário encontra-se regulado pelos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Regulamento Geral dos FEEL.



REACT-EU

## 12. Reduções e revogações

O incumprimento das obrigações do beneficiário bem como a inexistência ou a perda de quaisquer requisitos de concessão do apoio, podem determinar a redução ou revogação do mesmo, conforme estabelecido no artigo 23.º do Regulamento Geral dos FEEI.

## 13. Tratamento de dados pessoais

O beneficiário deve assegurar o cumprimento das regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pela Lei 58/2019, de 8 de agosto da Assembleia da República, relativamente a dados pessoais que disponibilize para efeitos das candidaturas e da sua execução.

## 14. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas

A apresentação das candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no [Balcão 2020](#).

Nessa área reservada, o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Por uma questão de prudência, o beneficiário deve evitar a submissão das candidaturas nos últimos dias do prazo limite definido, dado que a submissão tardia poderá impossibilitar a resolução de eventuais constrangimentos decorrentes do processo de validação/submissão e, consequentemente, a sua não aceitação.

Ao abrigo deste aviso convite o prazo para a apresentação das candidaturas decorre entre o dia 20 de agosto de 2021 e o dia 15 de outubro de 2021 (19 horas).

## 15. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade previstos neste Aviso Convite.

O beneficiário é notificado das correspondentes propostas de decisão das candidaturas, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos, sendo o mesmo ouvido no procedimento, nos termos legais, efeito para o qual é concedido um prazo máximo de 10 dias úteis, contado a partir da data da notificação atrás referida, para apresentar eventuais alegações em contrário.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas, que pode ser favorável, desfavorável ou favorável, mas condicionada à satisfação de determinados requisitos, é proferida pela AG até ao prazo máximo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do Aviso Convite.

O mencionado prazo de decisão suspende-se quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer uma vez. A não apresentação no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina que a análise da candidatura prossegue apenas com os elementos



disponibilizados, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam considerados determinantes para uma decisão favorável, salvo motivo justificável não imputável ao beneficiário e aceite pela AG.

A decisão é notificada ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis a contar da data da sua emissão.

## **16. Aceitação da decisão**

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura do termo de aceitação, podendo ser utilizado o Cartão do Cidadão (CC) ou Chave Móvel Digital (CDM), com recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) o qual implica um registo prévio em <https://www.autenticacao.gov.pt/a-autenticacao-de-profissionais> com vista à obtenção do atributo SCAP "Apresentação e execução de candidaturas a fundos nacionais ou comunitários" associado ao Cartão do Cidadão.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral dos FEEI, a decisão de aprovação caduca caso o termo de aceitação não seja submetido ou devolvido devidamente assinado no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e devidamente aceite pela AG.

## **17. Condições de alteração da operação**

Estão sujeitas a nova decisão da AG todas as alterações referidas no n.º 7 do artigo 20.º do Regulamento Geral dos FEEI.

Os resultados contratados podem ser objeto de revisão, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Regulamento Geral FEEI, mediante pedido do beneficiário, quando sejam invocadas circunstâncias supervenientes, imprevisíveis à data de decisão de aprovação, inultrapassáveis e não imputáveis ao beneficiário, e desde que a operação continue a garantir as condições mínimas de seleção do respetivo Aviso Convite.

## **18. Obrigações do beneficiário**

Constituem-se obrigações do beneficiário, para além das previstas no n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Geral dos FEEI:

- a) Organizar um processo técnico da operação cofinanciada, nos termos definidos pelo COMPETE 2020 - Guia de Constituição e Organização do Processo da Operação/Projeto (acessível em: 2022-10-25\_Guia-Const-Org-Proc-Oper\_Vs-2.pdf);
- b) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria;





- c) Comunicar as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do projeto;
- d) Manter a situação regularizada perante a entidade pagadora do incentivo;
- e) Comunicar a mudança de conta bancária.

## 19. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação FSE alocada ao presente Aviso Convite é de 134.000.000€ (centro e trinta e quatro milhões de Euros), podendo vir a ser reforçada por decisão da AG caso se revele necessário.

## 20. Identificação do(s) indicadores de realização e de resultado

São objeto de contratualização e monitorização os objetivos previstos na candidatura em matéria de realização e de resultados:

### a) Indicador de realização:

Número de alunos envolvidos nas medidas de recuperação e consolidação de aprendizagens (Código: CV41)

Pretende-se a indicação do número (n.º) de alunos envolvidos nas medidas de recuperação e consolidação de aprendizagens.

### b) Indicador de resultado:

Índice relativo aos níveis de aprendizagem observados nas provas de aferição em Língua Portuguesa e em Matemática, em 2021 (Código: CVR48)

Pretende-se o apuramento do Índice relativo à evolução dos resultados das Provas de Aferição de âmbito nacional, aplicada aos alunos do 2º, 5º e 8º anos de Escolaridade, realizadas pelo IAVE, em 2021, considerando como referência o ano de 2018 (Base 100 = Resultados obtidos em 2018).

Prosseguindo uma orientação para resultados, a operação deverá contemplar a recolha de informação necessária que permita a aferição destes indicadores até ao seu encerramento, momento em que se afere a concretização dos objetivos e condições subjacentes à aprovação. Uma avaliação positiva possibilitará o pagamento integral do incentivo.

## 21. Divulgação de resultados e pontos de contato

No portal [Portugal 2020](#), o candidato tem acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o aviso convite;
- c) A pontos de contacto para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados deste aviso convite.



REACT-EU

Presidente Comissão Diretiva do PO  
Competitividade e Internacionalização

Nuno Mangas

## Anexo

### Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas

